

# MANIFESTO - MOVIMENTOS DE MULHERES CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA SOCIAL CONVOCAM LUTAS PARA O MÊS DE MARÇO DE 2017

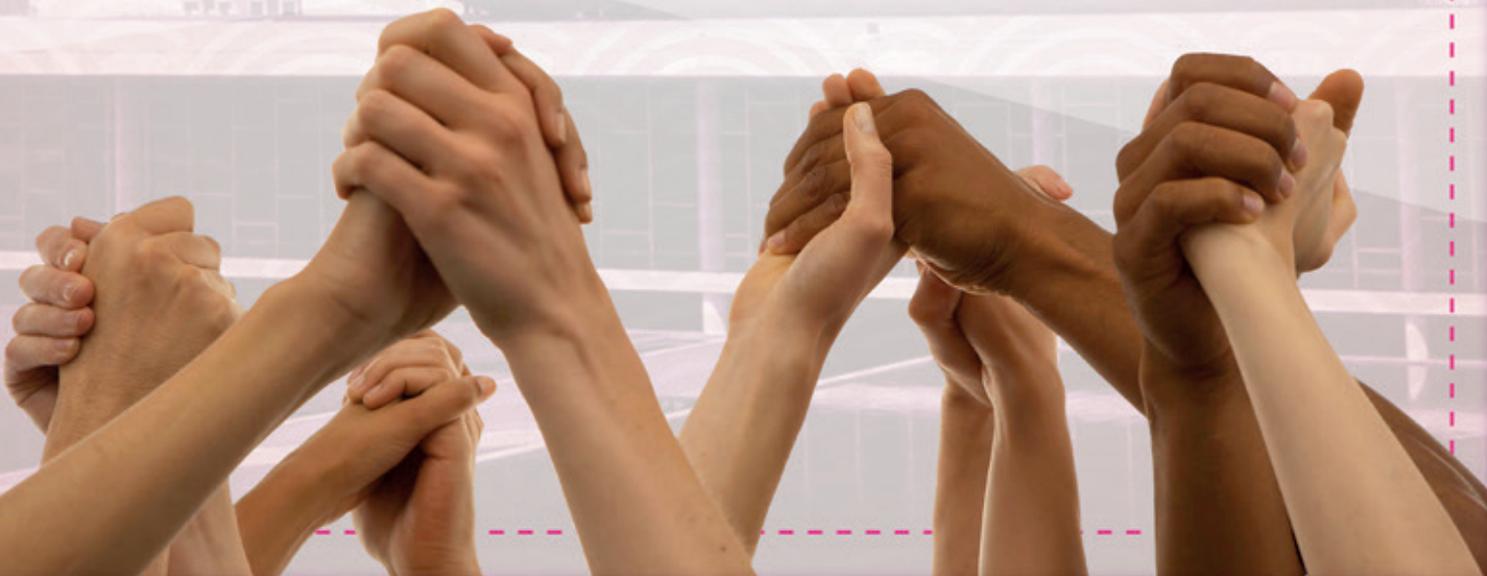
*“Nunca se esqueça que basta uma crise política, econômica ou religiosa para que os direitos das mulheres sejam questionados. Esses direitos não são permanentes. Você terá que manter-se vigilante durante toda a sua vida”*  
Simone de Beauvoir

**O** Brasil vive hoje o aprofundamento do golpe parlamentar, midiático e jurídico que rompeu com a democracia em 2016, semeou ódio às mulheres e população LGBT e reforçou o racismo. Temos vivido uma conjuntura de avanço do conservadorismo e de perda de direitos sociais e trabalhistas historicamente conquistados, seguido do aumento da violência e do controle sobre a vida e o corpo das mulheres, além da repressão, criminalização aos movimentos sociais populares e da desqualificação e perseguição das esquerdas. Em que pese essa onda conservadora, o feminismo tem resistido nas ruas contra retirada de direitos, contra a violência e feminicídios, lutando por autonomia e por nossos direitos sexuais e reprodutivos.

Os desmontes dos direitos e das políticas sociais atingem de forma particular as mulheres. Quanto mais avançam a privatização e a precarização da saúde e da educação, por exemplo, mais se intensifica a sobrecarga de responsabilização e de trabalho das mulheres, aumentando desigualdades de gênero, classe, raça e de geração.

Na contramão do reconhecimento da sobrecarga de trabalho e responsabilidades historicamente imputadas às mulheres, foi apresentada pelo governo golpista de Michel Temer uma proposta de reforma da Previdência que propõe igualar a idade de homens e mulheres, trabalhadores(as) rurais e urbanos para 65 anos, com 25 anos de contribuição. Dessa forma, as trabalhadoras rurais, por exemplo, que até agora se aposentavam com 55 anos, precisarão trabalhar pelo menos 10 anos a mais. Equiparar a idade de homens e mulheres para aposentadoria é desconsiderar a tripla jornada de trabalho das mulheres, que garantem a realização do trabalho doméstico e de cuidados, além da reprodução da força de trabalho.

Com as novas regras, as pensões por morte e os benefícios assistenciais definidos pela Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) deixam de ser vinculados ao salário mínimo e a idade de acesso do Benefício da Prestação Continuada (BPC) passará para 70 anos, retirando o acesso de milhares de pessoas ao benefício que, em diversas famílias, é a única fonte de renda.



Para trabalhadoras e trabalhadores rurais, a PEC 287/2016 propõe várias mudanças que dificultam significativamente o acesso aos direitos previdenciários. Um dos maiores problemas está na obrigatoriedade da contribuição individual em substituição à aplicação de alíquota sobre o resultado da comercialização da produção (art. 195, § 8º da Constituição Federal), conhecido como FUNRURAL. No contexto das relações desiguais na família, quando a família tiver que optar por um membro da família para contribuir, dificilmente será a mulher ou a/o jovem.

Outra alteração drástica será a desvinculação da aposentadoria do Salário Mínimo, que será 51% da média dos salários de contribuição, somados a 1% por ano de contribuição. Isto significa que, para se aposentar com um salário mínimo, um/a trabalhador/a rural necessitará ter contribuído por 49 anos e ter começado a contribuir aos 16 anos de idade.

Nós, mulheres trabalhadoras do campo, da floresta, das águas e da cidade, manifestamos nossa posição contrária à reforma da Previdência Social que impõe retirada de direitos adquiridos e aumento das desigualdades sociais; mas não mexe nos privilégios das classes dominantes, levando à privatização deste direito social e ao aumento do lucro dos bancos e das empresas de previdência privada. Defendemos o sistema de Seguridade Social e a Previdência Universal, Pública e Solidária, que contribua de forma justa com a distribuição de renda e a diminuição das desigualdades entre homens e mulheres, considerando as diferenças entre as/os trabalhadoras/es rurais e urbanos.

Só com uma ampla mobilização impediremos esses retrocessos. Nosso caminho e alternativa é resistir e lutar juntas!!!

Por isso, convocamos a todas as mulheres e organizações de mulheres a participar do processo de construção das ações do Dia Internacional de Luta das Mulheres, 08 de março: lutas em defesa dos nossos direitos contra a reforma da Previdência Social.

Para isso, sugerimos:

- Formação política sobre os impactos da reforma da Previdência na vida das mulheres;
- Participação em programas de rádio;
- Pressão sobre vereadoras/es, prefeitas/os e deputadas/os nos estados, propondo audiências públicas em Câmaras Municipais e Assembleias Legislativas;



- Realização de grandes mobilizações, atos, paralisações e jornadas de lutas descentralizadas nos estados, entre os dias 06 a 15 de março, de forma unitária com mulheres urbanas e rurais e em articulação com partidos de esquerda, movimentos populares e sindicais;
- Lutas contra o desmonte da reforma da Previdência, a retirada de nossos direitos e todos os tipos de violência contra as mulheres;
- Seguir presentes em todas as lutas deste mês de março contra a retirada dos direitos;
- Apoiar as lutas da “Parada Internacional de Mulheres” neste 08 de março.

Nossos Direitos, só a luta faz valer!!!

Nenhum Direito A menos!!! Fora Temer!!!

Assinam:

Articulação Brasileira de Lésbicas - ABL

Articulação de Agroecologia da Bahia - AABA

Articulação de Mulheres Brasileiras - AMB

Articulação Mineira de Agroecologia - AMA

Casa da Mulher do Nordeste

Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil - CTB

Central Única dos Trabalhadores - CUT

Centro da Agricultura Alternativa do Norte de Minas

Coletivo Democracia Corinthiana - CDC

Coletivo Jaçanã Musa dos Santos - Poços de Caldas/MG

Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar do Brasil - CONTRAF

Confederação Nacional dos Trabalhadores na Educação - CNTE

Confederação Nacional dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras Familiares - CONTAG

Conselho Indigenista Missionário - CIMI

Conselho Nacional das Populações Extrativistas - CNS

Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ

Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - FASE

Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas - FENATRAD

Frente Mulheres de Esquerda



GT Gênero da Articulação Brasileira de Agroecologia- ABA  
GT Gênero e Agroecologia  
GT Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia - ANA  
GT Mulheres e Agroecologia da ASA Paraíba  
Levante Popular da Juventude - LPJ  
Marcha Mundial das Mulheres – MMM  
Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia - MAMA  
Movimento Camponês Popular – MCP  
Movimento das Trabalhadoras e Trabalhadores por Direitos / Movimento Organizado de Trabalhadores Urbanos - MTD/MOTU  
Movimento de Mulheres Camponesas – MMC  
Movimento de Mulheres da Zona da Mata e Leste de Minas - MMZML  
Movimento de Mulheres do Nordeste Paraense – MMNEPA  
Movimento de Mulheres Trabalhadoras Rurais do Nordeste - MMTR-NE  
Movimento dos Atingidos por Barragem - MAB  
Movimento dos Pequenos Agricultores – MPA  
Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra – MST  
Movimento dos(as) Pescadores(as) Artesanais - MPP  
Movimento Graal/Brasil  
Movimento Interestadual das Quebradeiras de Coco Babaçu - MIQCB  
Movimento Nacional Contra a Corrupção e pela Democracia - MNCCD  
Movimento pela Soberania Popular na Mineração – MAM  
Núcleo de Defesa da Democracia – NDD/DF  
Núcleo de Estudos, Pesquisas e Práticas Agroecológicas do Semiárido - NEPPAS/UFRPE  
Rede de Mulheres Empreendedoras Rurais da Amazônia – RMERA  
Rede Nacional de Negras e Negros LGBT  
Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos  
Rosas pela democracia (DF)  
União Brasileira de Mulheres - UBM  
União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária – UNICAFES

